Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Matos, Margarida Gaspar de, 1956-
Leandro, Armando Gomes
Reis, Eurico
Stilwell, Isabel
Baptista, Izabel
Negreiros, Jorge

À conversa sobre violência entre especialistas : tertúlia no âmbito do Congresso "Prevenção da criminalidade e dependências" na Universidade Lusíada de Lisboa, Abril 2012

http://hdl.handle.net/11067/959
https://doi.org/10.34628/0kgv-6h81

Metadados

Data de Publicação 2013

Resumo O objectivo deste debate foi aprofundar a compreensão sobre os comportamentos de violência entre alunos de escolas públicas em Portugal e identificar determinantes e correlatos, boas práticas e estratégias de intervenção, na opinião de especialistas em várias áreas deste sector. Sabemos do estudo HBSC em Portugal que de 2002 para 2010 diminuiu significativamente o número de alunos com envolvimento em situações de violência. As raparigas e os alunos mais velhos envolvem-se menos em situações de...

Palavras Chave Violência na escola - Portugal, Violência na escola - Portugal - Prevenção - Política governamental

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-IPCE] RPCA, v. 04, n. 1 (Janeiro-Junho 2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-24T00:31:44Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

À CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA ENTRE ESPECIALISTAS: TERTÚLIA NO ÂMBITO DO CONGRESSO "PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E DEPENDÊNCIAS" NA UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA, ABRIL 2012

A CONVERSATION ABOUT VIOLENCE AMOUNG SPECIALISTS: A ROUND TABLE PART OF THE INTERNATIONAL CONGRESS "CRIMINALITY AND ADDICTIONS PREVENTION AT UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA, APRIL 2012

Margarida Gaspar de Matos
(coord.); Psicóloga; Professora Catedrática na UTL e CMDT

Armando Leandro
Juiz Conselheiro; Presidente Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco

Eurico Reis
Juiz Desembargador, Presidente Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida

Isabel Stilwell
Jornalista, directora do Jornal Destak

Izabel Baptista
Pedagoga na DGES, (ex-coordenadora do NES/DGIDC- ME)

Jorge Negreiros
Psicólogo, Professor Catedrático da FPCE-UP

Autor para correspondência:
margaridagaspar@netcabo.pt

Resumo: O objectivo deste debate foi aprofundar a compreensão sobre os comportamentos de violência entre alunos de escolas públicas em Portugal e identificar determinantes e correlatos, boas práticas e estratégias de intervenção, na opinião de especialistas em várias áreas deste sector.

Sabemos do estudo HBSC em Portugal que de 2002 para 2010 diminuiu significativamente o número de alunos com envolvimento em situações de violência.

As raparigas e os alunos mais velhos envolvem-se menos em situações de violência. Verificam-se diferenças regionais. Por outro lado estima-se que em 16.4% das escolas há um maior convívio com situações de violência e em 12,7% das escolas há um quase inexistente convívio com a violência. Este facto demonstra por um lado que a violência "problemática" ocorre num número reduzido (embora sempre preocupante) de escolas, por outro lado que é possível identificar a nível da escola, boas e más vivências e práticas em relação à violência. No entanto, é crença generalizada, corroborada pela comunicação social de que a violência juvenil está " pior do que nunca e não para de aumentar".

O que fazer em termos de políticas públicas para lidar com a situaçao?

Palavras-chave: violência; Determinantes; Pessoas; Contextos; Escola; Politicas Públicas.

Abstract: The aim of this debate was to widen the understanding on violent behaviors from students in Portuguese public schools and identify determinants and correlations, good practices and intervention strategies based on specialists in this sector.

From the Portuguese HBSC study, we know that the number of students involved in violent situations has decreased between 2002 and 2010.

Girls and older students get less involved in violent situations and there are also regional differences. On the other hand, it is estimated that in 16.4% of schools there are more violent situations and that in 12.7% of schools there are almost no violent situations. This fact shows that on one hand that the 'problematic' violence occurs in a reduced number of schools (although always a concern), and on the other it is possible to identify, in school, good and bad experiences and practices regarding violence. However, it is believed and confirmed by the media that youth violence is "worse than ever and does not stop increasing".

What to do in terms of public policies to deal with the situation?

Key-words: violence; determinants; people; contexts; school; public policies.

MGM - O objectivo desta tertúlia foi aprofundar a compreensão sobre os comportamentos de violência entre alunos de escolas públicas em Portugal e identificar correlatos, boas práticas e estratégias de intervenção, na opinião de especialistas em várias áreas deste sector.

Sabemos do estudo HBSC em Portugal [1]que de 2002 para 2010 diminuiu significativamente o número de alunos com envolvimento em situações de violência. As raparigas e os alunos mais velhos envolvem-se menos em situações de violência. Verificam-se diferenças regionais.

Por outro lado estima-se que em 16.4% das escolas há um maior convívio com situações de violência e em 12,7% das escolas há um quase inexistente convívio com a violência. Este facto demonstra por um lado que a violência " problemática" ocorre num número reduzido (embora sempre preocupante) de escolas, por outro lado que é possível identificar a nível da escola, boas e más vivências e práticas em relação à violência.

No entanto, é crença generalizada, corroborada pela comunicação social de que a violência juvenil está " pior do que nunca e não para de aumentar".

MGM - O que se passa então? A violência entre jovens está mesmo a aumentar, como sugere a comunicação social e como parece ser o entendimento da opinião pública?

AL - Julgo que não há dados objectivos que fundamentem essa sugestão. Verifica-se, porém, o aumento do eco na comunicação social de notícias de casos de violência praticados por jovens, com impacto na opinião pública, por vezes desproporcionado pela tendência para uma percepção errónea da amplificação do fenómeno.

ER - Não tenho dados suficientes que me permitam concluir, em termos objectivos, se está ou não a existir um acréscimo na violência entre os jovens. Em todo o caso, a verdade é que essa é a *percepção* que nos é transmitida, moldando as nossas próprias percepções pessoais, e isso, em si mesmo, é um dado que não pode ser ignorado ou desconsiderado. Porque, para o mal e para o bem – mais o primeiro do que o segundo, adianto -, as nossas escolhas são orientadas e determinadas mais pelas nossas percepções do que pela Realidade.

Permitam-me um conselho metodológico: perante a ausência de informação cientificamente validada e face à abundância/excesso de "notícias" que a maior parte das vezes não passam de "ruído", raciocinem a partir das vossas experiências pessoais, mas estando sempre bem cientes que a nossa capacidade para perceber (e até apreender) o que se passa à nossa volta é limitada.

E o que as minhas vivências pessoais, como jovem que fui, como pai que procurou, e procura, ser atento, e como Juiz, me ensinaram é que a violência entre os jovens não é maior agora, mas está diferente. Porventura menos primária.

Nos meus tempos de juventude, em escolas que não eram mistas, a violência física externa também era evidente e verbalizada (e, entre rapazes, era considerada quase natural). Mais não seja aparentemente, hoje a Sociedade é mais sensível a estes

[1] Relatório HBSC 2006 e HBSC 2010 em www.aventurasocial.com

problemas e às suas implicações - estou em crer que o é efectivamente. Curiosamente, uma das coisas que talvez tenha mudado (mas avanço a ideia com muito cuidado, porque o pior dos vícios lógicos é a *generalização abusiva*) é a relação das raparigas com a violência, quer como vítimas, que continuam a ser, na sua maioria, quer como agentes. Apesar de tudo, felizmente, a independência das raparigas e jovens mulheres é maior do que era antigamente e elas já não têm de "aturar" tudo o que lhes aparece pela frente.

IB - Neste momento, a comunicação social tem sido um pouco omissa em relação à Violência entre jovens em meio escolar.

Tendo seguido os grandes títulos da imprensa diária generalista nos últimos tempos - desde o início do ano lectivo 2012/13, as situações de violência relatadas têm ocorrido entre adultos, cidadãos na vida activa e são marcadas por um elevado grau de agressão. Aparentemente e, numa 1ª leitura, a imprensa parece estar mais atenta ao evento que tem uma correlação directa ou indirecta com a crise socioeconómica que o país atravessa.

Mesmo as notícias que surgem relacionadas com os jovens em meio escolar, prendem-se com "carências alimentares", "ausência de pequeno almoço", "escola que não alimentou uma criança por falta de pagamento", ou seja: notícias, que reforçam e demonstram a crise do país e que a imprensa fez delas, o fio condutor da actualidade.

Até admitimos a hipótese de que a Violência em meio escolar possa estar a assumir novos contornos, uma vez que, de acordo com a literatura, uma das causas do comportamento violento tem a ver com factores ambientais e interpessoais: a presença de condutas agressivas no contexto familiar e social próximo da criança e do adolescente podem servir de modelos na adopção de comportamentos agressivos por parte destes e funcionar como estratégia aprendida e reforçada de resolução de conflitos[1].

Ora, o ambiente envolvente não está pacífico, as assimetrias sociais são badaladas pela imprensa, o mal estar geral e silencioso é um dado; admitimos que todos estes factores ambientais pouco ou nada possam contribuir para a harmonia de uma parte dos jovens e adolescentes em contexto escolar.

IS. Parece-me que o Eurico Reis tem razão quando afirma que somos hoje muito mais atentos e preocupados com as crianças e os jovens. E a Isabel (Baptista) também acerta completamente quando diz que a comunicação social acaba por dar um especial enfoque aos acontecimentos que vão ao encontro das convicções do momento: se estamos em crise económica profunda, então essa crise tem de explicar tudo, e da forma mais linear possível, que é sempre aquela que tem mais impacto. Crise igual a fome, ponto final. Mas, se de repente, acontecer uma "espécie-de-arrastão", então durante dias, com um mimetismo assustador, todos os órgãos de comunicação falam incessantemente do assunto, e a parte transforma-se rapidamente no todo.

Mas também não vamos cair na ideia, também ela fácil, de que os jornalistas são

um "bando" de malfeitores, que está lá por trás do pano a manipular a realidade, de forma a servir interesses mais ou menos escondidos. Infelizmente a verdade é muito mais prosaica do que isso: os jornalistas são cidadãos como os outros, e acabam por ser "porta-vozes" do sentir e das preocupações de quem os rodeia, muitas vezes sem sujeitar a informação que recebem a uma reflexão e a uma crítica severa, como seria exigível. Ou seja, acabam por servir uma visão muito primária da realidade, e a opinião pública, agradece, porque sabemos bem que as pessoas preferem ouvir aquilo em que já acreditam, num círculo vicioso que só leva a perpetuar ideias feitas. E como os adultos têm desde tempos imemoriais – pelo menos desde o Sócrates, antes deste! – a convicção de que os jovens são ignorantes e violentos, estão mais do que receptivos a aceitar que a violência entre os mais novos continua a aumentar. Se aumentou ou não, terão de ser os investigadores a dizê-lo, haja financiamento para estudos! Mas os investigadores precisam de ter a coragem de dar as boas notícias, mesmo quando contracorrente, e de persistir no seu discurso, mesmo quando assistem frustrados ao empolamento dos fenómenos mais marginais.

JN. Para se poder sustentar que a violência entre os jovens está a aumentar seria necessário dispor de dados fiáveis sobre a medida deste fenómeno ao longo do tempo.

No entanto, a obtenção de dados fiáveis e rigorosos depende da qualidade das fontes de informação sobre a delinquência juvenil. Dum modo geral, são três os métodos que permitem delinear tendências sobre a extensão e evolução da actividade transgressiva nos jovens[2]: a) as estatísticas oficiais; b) os inquéritos de delinquência auto-revelada e; c) os inquéritos de vitimação.

As questões sobre a validade da informação obtida através destes métodos tem sido objecto de um intenso debate. As estatísticas oficiais, por exemplo, ao fornecerem dados que são filtrados pela polícia ou outros agentes do sistema de justiça criminal, são consideradas um método que conduz a resultados incertos já que as taxas de delinquência exprimem unicamente os crimes que foram detectados pela polícia. Similarmente, os inquéritos de delinquência auto-revelada (como aliás os inquéritos de vitimação) apresentam um conjunto de limitações que decorrem, entre outros aspectos, do facto dos jovens que são inquiridos poderem distorcer ou mentir deliberadamente acerca do seu envolvimento em actos violentos.

Consequentemente, a resposta à questão que consiste em saber se a violência entre jovens está a aumentar dificilmente poderá ser dada dum modo seguro e rigoroso já que, simplesmente, não é possível determinar quantas crianças e jovens, em Portugal, como em qualquer outro país, cometem actos delinquentes. Em conclusão, tem vindo a difundir-se a ideia de que a violência juvenil tem aumentado recentemente em Portugal.

Essa percepção poderá explicar-se, eventualmente, pela maior visibilidade que certos

[2] Negreiros, J. (2008). Natureza do problema e medidas do comportamento anti-social. In *Delinquências Juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: LivPsic.

actos violentos praticados por jovens têm merecido por parte da comunicação social. Com efeito, uma estimativa rigorosa sobre a extensão da violência e sua evolução e implicaria o registo sistemático de informação obtida através de diferentes indicadores da criminalidade juvenil, dados que, manifestamente, não estão ainda disponíveis no nosso país.

Se sabemos como, porque é que não fazemos?

MGM – Em avaliação nacional a nível das escolas [3], verificou que enquanto que para áreas como o consumo de substâncias, a alimentação/actividade física e a educação para uma sexualidade segura e saudável, as escolas promovem diversas medidas educativas e formativas para alunos, professores, funcionários e mesmo pais, no caso da violência as medidas são mais frequentemente prescritivas, tipo "regulamento" de escola, com enunciado de regras e punições para as respectivas infracções. Sabemos que estas medidas sendo importantes não são, todavia, suficientes porquanto se controla o comportamento violento mas não se trabalham as alternativas comportamentais e sócio-cognitivas, no confronto e na gestão dos conflitos interpessoais.

Mas a escola surge sempre como um ambiente privilegiado para a implementação de programas de promoção da saúde/bem-estar (incluindo a prevenção da violência entre pares), em especial quando as intervenções enfatizam igualmente, o papel dos pares e da família. E a prevenção revela-se mais eficaz se ao mesmo tempo que se levam a cabo programas educativos escolares, se incide em outros factores sociais que afectam o comportamento dos jovens (a família, grupo de amigos, clube, redes de vizinhança, comunidade). Alguns estudos falam mesmo da responsabilidade ambiental da escola e da sociedade e da responsabilidade pessoal e social dos alunos e das famílias.

E quanto mais precocemente melhor, porque a violência na escola causa danos à saúde mental positiva aumentando a ansiedade e o medo, conduzindo ao desenvolvimento de percepções de insegurança e falta de expectativas.

Um programa de prevenção da violência em meio escolar deve também promover a qualidade na educação escolar, nomeadamente na obtenção de sucesso escolar, pela sua associação a um aumento de motivação e investimento na escola e a um aumento de expectativas de futuro e do papel da escola nestas expectativas, factores estes associáveis a um menor envolvimento em actos de violência.

Nesta altura em que já tanto se sabe sobre a génese dos comportamentos violentos, nomeadamente em meio escolar, o que falta para que programas eficazes sejam implementados, monitorizados e avaliados com continuidade? O que falta para promover o convívio não violento entre cidadãos? e o que falta para prevenir a violência interpessoal?

[3] Relatório GTES - Ministério da Educação (2005 e 2007)

AL - Parece-me indispensável que se intente radicar uma cultura de prevenção da violência através de políticas inter-sectoriais integradas e correspondentes estratégias e acções, numa perspectiva sistémica, ao nível da prevenção universal e da prevenção selectiva e indicada.

Exige-se o empenhado, competente e criativo envolvimento do Estado, da Sociedade Civil, em geral e na dimensão de cada comunidade local, através, nomeadamente, das respectivas entidades socializadoras, com especial realce para a família, a escola e a comunicação social; e requer-se a indispensável participação activa de cada cidadão, incluindo o cidadão criança.

Impõe-se o recurso às evidências, que a investigação propicia, e à elaboração, execução e avaliação sistemática de programas articulados de prevenção bem concebidos, a partir de diagnósticos rigorosos da realidade da violência e da determinação dos respectivos factores de risco, a eliminar ou diminuir significativamente, e dos factores de protecção, a fortalecer ou a implementar.

Sublinha-se o carácter prioritário da prevenção muito precoce da violência infantil e juvenil, a partir logo dos primeiros anos de vida, ajudando, desde cedo, a criança a ir concretizando o direito, que Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece, de educação para a não violência, a tolerância, o sentido do Outro e justiça, através da interiorização de um progressivo espírito crítico fundado em valores e regras e limites justos. Direito de que é titular a própria criança, a que corresponde o dever de as entidades socializadoras pugnarem pela sua concretização, de forma afectiva e dialógica, respeitadora dos demais direitos da criança, nomeadamente o direito ao carácter pedagógico de uma intervenção harmónica com o estádio e as exigências da fase concreta do seu desenvolvimento

ER - Talvez seja bom recordar que, excepto alguns casos de perversidade intrínseca, a generalidade das pessoas violentas também o são porque aprenderam a sê-lo, nomeadamente junto das suas famílias; os jovens replicam o que vêem e assumem que esses comportamentos que entendemos como anti-sociais são, afinal os "normais", porque é isso o que fazem àqueles que acabam por ser os seus "modelos de convivência" (*role models*).

E se as famílias não conseguem desempenhar essa função de boa socialização, a outros deve ser permitido fazê-lo. O respeito pelo Outro, pelo Diferente, tem de ser ensinado, desde a mais tenra idade. Tal como o tem de ser o *princípio da reciprocidade* – porque ser tolerante com os intolerantes é perigoso e pode ser contraproducente.

Porque sem esse respeito mútuo e essa tolerância recíproca nunca teremos uma sociedade equilibrada, leal, tendencialmente justa e capaz de lutar pela felicidade dos seus membros (de todos, preferencialmente).

IS – Não tenho qualquer experiência científica para reportar, mas concordo com o Eurico Reis quando diz que a violência se aprende. E se os casos dramáticos que conhecemos pessoalmente, ou os Media nos trazem, falam invariavelmente de situações de pobreza e de famílias disfuncionais, tenho para mim que somos todos

muito mais violentos uns com os outros do que devíamos ser, se a ideia é de alguma maneira sermos "role models" para seja quem for. Que o papel dos Media, e estou aqui enquanto jornalista, é denunciar as injustiças e exercer o seu papel de contraponto ao poder, temos todos a certeza, mas já não é tão seguro que a coberto dessa missão, não cultive tantas vezes um discurso de inveja, de acusação não fundamentada, de justiça sumária na praça pública, que só pode fomentar o ódio e a violência. Se imaginamos que só nós é que estamos obrigados ao cumprimento das regras e das leis, e que os outros, os "ricos", os "poderosos", e mais grave ainda "os políticos" fazem o que querem, e ainda lhes sobra tempo, é óbvio que é ainda mais difícil que quem sente a desigualdade e a frustração, reaja a ela com violência. Pela minha parte, e enquanto cidadã, suporto já muito mal este discurso simplista e maniqueísta, e no entanto oiço-o frequentemente no interior das próprias escolas. Se há exemplos extraordinários de escolas e professores capazes de mobilizar os alunos, apesar da escassez de recursos que eventualmente tenham, há escolas onde os professores se queixam todo o dia, de tudo e de todos, argumentando que não podem fazer nada para mudar seja o que for, posicionando-se como vítimas impotentes. Ora é precisamente a sensação de impotência, de que não podemos mudar as circunstâncias em que nos encontramos, que levam ao "perdido por cem, perdido por mil". Temos de conseguir, cada um de nós, ser melhor exemplo.

IB - Em 2009-2010, o Ministério da Educação, através do Núcleo de Educação para a Saúde (NES), elaborou um questionário dirigido a Agrupamentos de escolas/ escolas não agrupadas, com o objectivo específico de, no âmbito de saúde mental, detectar a percepção do Agrupamento/escola sobre casos de "*bullying*", "violência no namoro", temas estes muito veiculados pela imprensa da altura.

Verificou-se que:

52% dos agrupamentos/escolas considera haver situações de "*bullying*";

17% dos agrupamentos/escolas considera que há sinais de "violência no namoro";

52% dos agrupamentos/escolas considera que desenvolve projectos "promotores de saúde mental".

A maioria dos estabelecimentos de ensino identificou o "*bullying*" como uma situação mais recorrente do que a da "Violência no namoro".

Este mesmo questionário evidenciou que as escolas se equiparam de "gabinetes/ espaços de apoio/ suporte ao aluno" e que utilizam este espaço como uma estratégia de superação e/ou mediação de conflitos.

Em nosso entender, a existência de "um espaço para o aluno e do aluno" é uma estratégia importante e, embora a personalidade do mediador, em caso de conflito, possa ser determinante, a existência de um espaço com o qual o aluno se identifique é um factor crítico de sucesso.

Os resultados apontam que a maioria dos estabelecimentos de ensino opta por um conceito de gabinete entre o *informal* e o *muito informal* (67%), o que pode

facilitar a vinculação dos jovens adolescentes a esses espaços. Por outro lado, ainda segundo o mesmo questionário, a concepção dos mesmos tem por objectivo dar respostas integradas e multidisciplinares aos seus utentes, potenciando assim as suas valências. Uma outra estratégia, que nos parece determinante para um convívio saudável, é a organização de actividades/ projectos que tenham como requisito a cooperação de todos para se atingir um determinado objectivo previamente traçado e de forma inequívoca.

Em contexto de adversidade, é difícil apontar direcções e indicar caminhos; mas, pior, é não seguir "caminho nenhum" ou "não traçar/imaginar" horizontes promissores com os quais nos identifiquemos.

Assim, entendemos que a escola poderá ser um contexto privilegiado para aumentar o "espírito crítico" dos seus educandos e, ao mesmo tempo, através de estratégias adequadas, apoiá-los na gestão das emoções e na importância da resiliência.

JN. O modo como se tem lidado com a questão do controlo da violência juvenil não decorre necessariamente dos progressos da investigação teórica ou empírica, mas de certas orientações ideológicas e políticas prevalecentes em diferentes contextos socio-culturais ou períodos históricos. Tais divisões ideológicas ainda hoje separam os que enfatizam o recurso a medidas de carácter mais punitivo ou, pelo contrário, os que defendem estratégias predominantemente orientadas para a reabilitação do jovem.

Como o tema da prevenção da violência é vasto e complexo para que possa ser aqui sequer esboçado nas suas linhas gerais, gostaria de me centrar numa questão específica que tem vindo a assumir uma importância crescente na teoria, investigação e prática relacionadas com a violência juvenil: a das intervenções preventivas baseadas na evidência. Com efeito, nos últimos anos, assinaláveis progressos têm sido alcançados em matéria de prevenção da delinquência juvenil, expressos no desenvolvimento de programas de intervenção alicerçados em sólidos fundamentos teóricos e científicos os quais, paralelamente, têm sido implementados e avaliados recorrendo a métodos científicos rigorosos.

Deste modo, tem sido possível identificar um conjunto de programas que a investigação demonstrou exercerem um impacto mensurável na redução da violência juvenil. Importa referir que os programas baseados na evidência deram início a um movimento que teve a sua génese nos EUA e se tem vindo a disseminar por outros países [4]. Esse movimento tem tido expressão não só no desenvolvimento de uma diversidade de programas eficazes de prevenção da violência, mas igualmente na elaboração de registos onde constam os programas que reúnem os padrões de qualidade para serem certificados, por uma instituição de investigação idónea, como estando baseados na

[4] Small, S. A., Reynolds, A. J., O'Connor, C., & Cooney, S. M. (2005). *What Works, Wisconsin: What science tells us about cost-effective programs for juvenile delinquency prevention*. Madison, WI: University of Wisconsin–Madison.

evidência. Um bom exemplo que poderia ser seguido no nosso país.

MGM - Como referiu IB, "*em contexto de adversidade, é difícil apontar direcções e indicar caminhos; mas, pior, é não seguir "caminho nenhum" ou "não traçar/imaginar" horizontes promissores com os quais nos identifiquemos*".

Salienta também JN, que "*tem sido possível identificar um conjunto de programas que a investigação demonstrou exercerem um impacto mensurável na redução da violência juvenil*" (embora não especificamente no nosso país).

Sublinha AL que "*o Direito (de educação para a não violência) de que é titular a própria criança, a que corresponde o dever de as entidades socializadoras pugnarem pela sua concretização, de forma afectiva e dialógica, respeitadora dos demais direitos da criança, nomeadamente o direito ao carácter pedagógico de uma intervenção harmónica com o estádio e as exigências da fase concreta do seu desenvolvimento*".

E IS, enquanto jornalista, confessa "*que o culto da inveja e da ideia de que o poder político é necessariamente corrupto, que vê tantas vezes veiculado nos Media, e mesmo no interior das escolas, contribui certamente para respostas violentas, de quem assim se sente roubado da esperança e legitimado na sua raiva. Quando alguém se sente perdido por cem, pouco se importa de se perder por mil*"

Concluindo com ER, "*O respeito pelo Outro, pelo Diferente, tem de ser ensinado, desde a mais tenra idade. Tal como o tem de ser o princípio da reciprocidade – porque ser tolerante com os intolerantes é perigoso e pode ser contraproducente*".

Ficamos então aos vários níveis com algumas propostas para uma sociedade com mais práticas e melhores modelos não violentos e virados para um futuro com mais coesão social:

Intervenção com os professores e as instituições escolares (formação permanente especifica, respeitando a heterogeneidade, promovendo a participação e responsabilização dos alunos)

Intervenção com as famílias (envolvimento das famílias no percurso escolar, promoção de modelos parentais não -agressivos)

Intervenção curricular: programas escolares (promoção do sucesso educativo)

Intervenção directa com os agressores e as vítimas (promoção de competências cognitivas, emocionais e comportamentais, promoção da resiliência e da auto-regulação; promoção da participação dos alunos, promoção de actividades extracurriculares)

Intervenção com decisores políticos (valorização do sistema educativo)

Promoção da participação das populações e envolvendo-as em programas preventivos integrados, monitorizados e avaliados que acompanhem os cidadãos ao longo da vida.

(Endnotes)

1 Matos, M.G., Baptista, M.I. et *al* (2010). Violência em contexto escolar. Ministério da Educação, DGIDC